

## A UTILIDADE E AS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO DOS UTILIZADORES DO RELATO FINANCEIRO MUNI- CIPAL PARA AS TOMADAS DE DECISÃO

2015 | vol. V | nº 017 | pág. 000-000

### Sónia Nogueira

Doutorada em Economia da Empresa, especialização em Contabilidade do Setor Público,  
Universidade Autónoma de Madrid.  
Professora Adjunta da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto  
Politécnico de Bragança.  
Investigador do Centro de Investigação em Ciência Política da Universidade do Minho.

### Susana Jorge

Doutorada em Contabilidade e Finanças (Contabilidade dos Governos Locais), Universidade de  
Birmingham (RU).  
Professora Auxiliar na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.  
Investigador do Centro de Investigação em Ciência Política da Universidade do Minho.  
Membro do Comité de Normalização Contabilística Pública da CNC.  
Membro do Conselho Científico da rede de investigação CIGAR

# A UTILIDADE E AS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO DOS UTILIZADORES DO RELATO FINANCEIRO MUNICIPAL PARA AS TOMADAS DE DECISÃO

## ÍNDICE

Resumo _____	111
1_Introdução _____	111
2_Reformas da contabilidade pública após <i>A New Public Management</i> _____	111
3_O uso e a utilidade do relato financeiro municipal e o papel da informação financeira nas tomadas de decisão _____	111
4_Estudo empírico _____	111
5_Conclusões _____	111
Referências _____	111

## Ficha Técnica

### **Título**

Revista Portuguesa de Contabilidade

### **Director**

Hernâni Olímpio Carqueja

### **Subdirector**

Bruno Miranda Alves Pereira

### **Editor**

Ginocar Produções, Lda.

NIPC: 501 736 026

### **Sede de Redacção**

Rua Domingos Sequeira, n.º 178

4050-230 Porto

Tef.: 22 339 40 30 • Fax: 22 339 40 39

[www.revistadecontabilidade.com](http://www.revistadecontabilidade.com)

[encomendas@revistadecontabilidade.com](mailto:encomendas@revistadecontabilidade.com)

### **Propriedade**

Ginocar Produções, Lda.

### **Execução Gráfica**

[www.Ginocar.pt](http://www.Ginocar.pt)

Rua Domingos Sequeira, n.º 178

4050-230 Porto

### **Tiragem**

2000 Exemplares

### **Periodicidade Trimestral**

**MARÇO/2015**

**ERC** 126037

**ISSN** 2182-2042

**DEP. LEGAL** 327583/11

# A UTILIDADE E AS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO DOS UTILIZADORES DO RELATO FINANCEIRO MUNICIPAL PARA AS TOMADAS DE DECISÃO

## RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em identificar as necessidades de informação dos utilizadores municipais e aferir a utilidade do atual modelo de relato financeiro municipal para a satisfação dessas necessidades no contexto das tomadas de decisão, na Administração Local portuguesa. Os dados foram obtidos através da aplicação de um questionário aos tomadores de decisões (técnicos e políticos) dos 308 municípios portugueses. Os resultados sugerem que não existem diferenças significativas entre o grupo de decisores relativamente às necessidades de informação financeira e à utilidade atribuída ao relato financeiro municipal e revelam uma utilidade elevada para as tomadas de decisão do relato financeiro municipal, na sua forma e conteúdo atuais. Adicionalmente, verificou-se que não existe evidência estatística que permita associar a área de formação e a experiência profissional dos decisores internos municipais com as necessidades de informação financeira e de gestão e a utilidade atribuída ao relato financeiro municipal.

**Palavras-chave:** Relato Financeiro Municipal. Utilidade. Necessidades de Informação. Contabilidade Autárquica. Tomada de Decisão.

# 1\_INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, muitos países têm procedido a reformas significativas na Contabilidade Pública e, conseqüentemente, no relato da informação financeira das entidades públicas. O sistema de informação contabilística no Setor Público passou a estar, entre outros, orientado para a divulgação de informação útil e oportuna, permitindo aos seus utilizadores avaliar e tomar decisões de forma mais racional e lógica (Chan, 2003; Lee, 2008).

Os novos desenvolvimentos da gestão e da Contabilidade Pública também se fizeram sentir no sistema contabilístico português, nomeadamente na Administração Local. O processo de reforma global do sistema contabilístico público iniciou-se, em Portugal, na década dos noventa, com a reforma da Administração Financeira do Estado. Na sequência desta agenda de reforma, é aprovado, em 1999, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL – Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro), que representa o ponto de partida para dotar a gestão autárquica portuguesa de novos instrumentos para apoiar o processo de tomada de decisão.

As modificações introduzidas no sistema contabilístico (passados mais de dez anos desde a publicação do POCAL), aliadas à quase inexistente literatura sobre a utilidade da informação financeira para a gestão autárquica em Portugal, designadamente para as tomadas de decisão e controlo internos, mostram a necessidade de investigação nesta área. É neste contexto que se desenvolve este trabalho com o objetivo principal de identificar as necessidades de informação financeira e de gestão dos utilizadores municipais e a aferir a utilidade do relato financeiro dos municípios portugueses para a satisfação dessas necessidades no contexto das tomadas de decisão internas.

O artigo encontra-se estruturado em quatro secções, a partir desta Introdução. Nas segunda e terceira secções é desenvolvida a revisão de literatura, que se inicia com uma abordagem à reforma da Contabilidade Pública, após a *New Public Management*, com referências ao caso português; posteriormente são referidos estudos sobre o uso e a utilidade do relato da informação financeira nas entidades governamentais, com especial enfoque nos governos locais e o papel da informação financeira nas tomadas de decisão internas. A quarta secção é dedicada ao estudo empírico, começando por apresentar o enquadramento metodológico, a descrição dos objetivos e das questões de investigação, a definição das hipóteses de investigação e o instrumento de recolha de dados, bem como a população e a amostra. Os últimos pontos desta secção apresentam e analisam os resultados. Por fim, são apresentadas as principais conclusões, bem como algumas limitações do estudo.

## 2 REFORMAS DA CONTABILIDADE PÚBLICA APÓS A NEW PUBLIC MANAGEMENT

Durante as últimas três décadas, foram levadas a cabo reformas de grande alcance no Setor Público de vários países, que se inspiraram nos conceitos da *New Public Management* (NPM). A NPM centra-se na redução das diferenças entre os setores público e privado, aproximando as práticas de gestão de um às do outro (Hood, 1995; Lapsley, 1999), enfatizando no Setor Público o processo de prestação de contas (*accountability*) para uma maior responsabilidade em termos de *outcomes* e resultados (Hood, 1995).

Perante as mudanças ocorridas na gestão pública, os sistemas contabilísticos das entidades da Administração Pública deixaram de dar resposta às atuais exigências de informação, originando novos objetivos que conduziram a uma mudança da sua estrutura conceptual e metodológica. Deste modo, introduziram-se, no Setor Público, novos instrumentos contabilísticos, como o regime de acréscimo na elaboração das demonstrações financeiras, complementando o tradicional controlo de caixa e dos compromissos.

A reforma da Contabilidade Pública tem assentado assim na mudança de um sistema contabilístico pouco informativo para um sistema que permite a divulgação de informação mais abrangente e adequada sobre a gestão dos recursos públicos, e proporciona uma base para melhorar o controlo económico e financeiro das atividades governamentais. Procura-se uma contabilidade mais informativa e útil para as tomadas de decisão e prestação de responsabilidades (Lüder, 1992).

Neste contexto de mudança, no âmbito da NPM e seguindo o exemplo de vários países, nos últimos anos foram iniciadas no Setor Público português reformas nos sistemas contabilísticos, que conduziram, entre outros, à apresentação de um novo modelo de relato financeiro mais abrangente e informativo. No caso particular da Administração Local portuguesa, foi aprovada legislação no sentido de dar resposta às atuais necessidades dos utilizadores da informação financeira (nomeadamente às necessidades dos órgãos autárquicos de gestão).

Genericamente, com a aprovação do POCAL pretende-se a disponibilização de informação oportuna, útil e fiável, de entre outros, aos decisores internos, e possibilitar um maior controlo e transparência na aplicação dos recursos financeiros públicos (cada vez mais escassos), com vista a maximizar a respetiva eficiência, eficácia e economia. Adicionalmente, através da integração da contabilidade orçamental com as contabilidades patrimonial e de custos, é pretendido melhorar o relato financeiro das autarquias locais, que sirva de suporte à tomada de decisão na administração autárquica. O relato financeiro no âmbito do POCAL foi portanto alargado, passando a disponibilizar informação sobre a situação económica, financeira e patrimonial (base de acréscimo), além da orçamental (base de caixa).

### **3\_O USO E A UTILIDADE DO RELATO FINANCEIRO MUNICIPAL E O PAPEL DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA NAS TOMADAS DE DECISÃO**

Após quase três décadas de reformas da NPM, onde o modelo de gestão pública foi fortemente criticado, verifica-se que a nova informação financeira produzida parece ainda não satisfazer totalmente as necessidades dos seus utilizadores (Hay & Antonio, 1990; Daniels & Daniels, 1991; Brusca, 1997; Mack, 2004; Mack & Ryan, 2006). Alguns autores estudam as necessidades de informação divulgada no relato financeiro das entidades públicas, dos utilizadores externos e internos (Robbins, 1984; Jones *et al.*, 1985; Hay & Antonio, 1990; Daniels & Daniels, 1991; Collins *et al.*, 1991; Crain & Bean, 1998; Priest *et al.*, 1999; Mack & Ryan, 2006). Os resultados dos estudos permitem aos autores concluir que, de um modo geral, os utilizadores têm mais necessidade de informação orçamental em base de caixa face à elaborada na base de acréscimo. Porém, Kober *et al.* (2010), num estudo mais recente aplicado aos departamentos governamentais australianos, onde é pretendido estudar as perceções dos utilizadores e preparadores sobre a utilidade da informação financeira em base de acréscimo e de caixa para as tomadas de decisões, obtiveram resultados contrários aos obtidos nos estudos anteriores. Do mesmo modo, Andriani *et al.* (2010) comprova os resultados obtidos por Kober *et al.* (2010) para os mesmos tipos de decisões, mas no contexto das decisões internas e apenas para os gestores públicos dos departamentos governamentais australianos.

Entre os estudos focados nos utilizadores internos, alguns não fazem distinção entre políticos e gestores, ou, em alguns casos, estudam apenas uma destas categorias de utilizadores, e tendem a concentrar-se na informação financeira vs não financeira. Por exemplo, Lee (2008) concluiu que os gestores públicos consideram a informação sobre o desempenho importante, mas não tem em consideração as opiniões dos políticos ou outros tipos de informação. Adicionalmente, Olson *et al.* (1998) e Guthrie *et al.* (1999) evidenciam a reduzida utilidade do relato financeiro pela maioria dos políticos.

Apenas um número restrito de estudos considera especificamente as perspetivas dos políticos ou faz comparações com os gestores. Por exemplo, Brusca (1997), num estudo sobre os municípios espanhóis, onde pretendeu determinar a utilidade das demonstrações financeiras (de carácter orçamental e económico-financeiro) para os utilizadores internos e externos, verificou que os políticos encontravam-se entre os utilizadores que atribuíam menor importância ao relato financeiro, devido à formação insuficiente; contrariamente, os gestores eram os que atribuíam maior importância. A autora constatou também que o relato financeiro dos municípios espanhóis evidencia utilidade para os diretores financeiros, órgãos municipais, Tribunal de Contas e credores, mas que a informação divulgada não é de facto utilizada ao máximo. Por sua vez, Paulsson (2006), analisando a introdução da contabilidade de acréscimo na Administração Central sueca, verificou que a informação na base de acréscimo é mais utilizada pelos gestores do que pelos políticos.

No âmbito português, até ao momento e tanto quanto é do nosso conhecimento, existem apenas dois trabalhos publicados sobre a utilidade interna da informação financeira nas entidades do Setor Público – Barbosa (2006) e Carvalho *et al.* (2008), sendo que o primeiro se refere ao setor da saúde, já que é um estudo desenvolvido para um Centro Hospitalar, e o segundo à Administração Local portuguesa. Carvalho *et al.* (2008) analisaram a utilidade interna da informação financeira dos municípios portugueses apresentada em sede de prestação de contas. Os autores concluíram que ambos os órgãos (executivo e deliberativo) discutem os mesmos tipos de informação orçamental em base de caixa. Porém, é o órgão executivo que atribui maior importância aos diferentes tipos de informação de natureza económica e financeira, ou seja, na base de acréscimo. Refira-se que nenhum destes trabalhos aprofunda as necessidades de informação financeira para diversas decisões entre políticos e gestores o que evidencia a contribuição do presente estudo para o preenchimento de uma lacuna assinalável.

O papel fulcral do relato da informação financeira centra-se no facto de servir como meio de comunicação entre a entidade, utilizadores internos e todos aqueles *stakeholders* que têm um direito razoável de dispor da informação para a utilizar nas suas tomadas de decisões (Grossi & Reichard, 2009). No entanto, a utilização da informação financeira pelos diferentes grupos de utilizadores (internos e externos), de acordo com Yamamoto (2008), só é possibilitada quando as demonstrações financeiras satisfazem as suas necessidades.

Para as tomadas de decisão (sejam de natureza política, económica, operacional ou outra), os decisores internos precisam de uma diversidade de informação para fundamentarem a decisão tomada (Grossi & Reichard, 2009). De acordo com o *Conceptual Framework* do IPSASB (IPSASB:CF, 2013:§1.4-§1.7; §BC1.4), o relato financeiro das entidades do Setor Público compreende informação acerca do seu passado, presente e futuro, útil aos diversos utilizadores, incluindo informação financeira e não financeira quantitativa e qualitativa, sobre a concretização dos objetivos financeiros e de prestação de serviços no período corrente, e também sobre atividades e prestação de serviços futuros e consequentes necessidades de recursos. Adicionalmente às demonstrações financeiras, as entidades do Setor Público devem reportar ainda informação acerca das suas atividades, planos e desempenho, bem como informação prospetiva sobre as condições económicas e outros fatores que as poderão influenciar.

Deste modo, o conteúdo do relato financeiro deverá providenciar aos decisores internos informação nomeadamente sobre (IPSASB:CF, 2013:§2.14-§2.27): (1) posição financeira, desempenho financeiro e cash-flows da entidade; (2) conformidade com o Orçamento; (3) concretização de objetivos relativos à prestação de serviços (e.g. custo dos serviços prestados); (4) informação prospetiva financeira e não financeira; e (5) informação descritiva (e.g. pressupostos subjacentes às previsões e expectativas).

Em síntese, as alterações nos modelos de gestão introduzidas no âmbito da NPM, geraram novas necessidades informativas que conduziram, à escala global, reformas acentuadas na

Contabilidade Pública e no respetivo relato financeiro. Os dirigentes das entidades públicas passaram a necessitar de informação mais útil e oportuna para poderem tomar decisões de modo mais adequado, pelo que o paradigma dos utilizadores da informação e suas necessidades, passou a ser central para explicar as inovações introduzidas nos sistemas de contabilidade e relato financeiro.

Neste sentido, esta abordagem da utilidade da informação surge como fundamento teórico central para o estudo a desenvolver e será considerada na análise empírica que aqui se realiza.

## 4\_ESTUDO EMPÍRICO

### 4.1\_ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

O referencial teórico de análise adotado neste estudo empírico tem por base a literatura sobre os estudos existentes sobre a utilidade do relato da informação financeira das entidades da Administração Pública, designadamente para os utilizadores internos da Administração Local, no contexto da tomada de decisões (ver Secção 3).

Na investigação em Contabilidade do Setor Público, particularmente em Contabilidade Autárquica, têm sido vários os autores que têm optado por uma abordagem quantitativa (Robbins, 1984; Jones *et al.*, 1985; Collins *et al.*, 1997; Tayib *et al.*, 1999; Priest *et al.*, 1999; López & Caba, 2004; Mack & Ryan, 2006; Yamamoto, 2008; Cohen, 2009; Kober *et al.*, 2010; Andriani *et al.*, 2010).

Neste tipo de abordagem são adotados diferentes paradigmas de investigação tendo em conta os critérios da posição do investigador sobre a natureza das ciências sociais (objetiva ou subjetiva) e a perspetiva que o investigador tem sobre a realidade (mudança radical ou regulação) (Hopper & Powell, 1985).

Especificamente, o paradigma de investigação positivista (Hopper & Powell, 1985; Davila & Oyon, 2008) assume a independência do investigador perante a realidade. Utiliza a técnica de formulação e verificação das hipóteses, usando normalmente ferramentas de índole quantitativa, socorrendo-se da adoção dos métodos das ciências exatas às ciências sociais, de maneira a encontrar e deduzir uma relação de causalidade (Davila & Oyon, 2008). Desta forma, potencia a construção científica através de uma perspetiva de aceitação e rejeição das hipóteses, ou seja, é uma constante procura da verdade (Davila & Oyon, 2008).

Porque a evidência que se pretende obter é necessária para cumprir os objetivos definidos do estudo e é compatível com uma conceção objetiva da realidade, vista como externa ao investigador, classificamos a investigação realizada como sendo positivista com abordagem quantitativa.

### 4.2\_OBJETIVOS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Embora a publicação do POCAL, conforme referido, tenha sido o culminar da reforma da Contabilidade Autárquica em Portugal, não é certo que, apesar das intenções teóricas preconizadas no diploma, o atual modelo de relato financeiro seja devidamente adequado à prática e, por isso, disponibilize, na realidade, informação útil para a satisfação das necessidades para as decisões internas (à semelhança do que se tem vindo a verificar noutros países – e.g., Brusca, 1997; Mack, 2004; Yamamoto, 2008). O presente estudo empírico tem por objetivos, no contexto da tomada de decisão nos municípios portugueses: (1)

identificar as necessidades de informação financeira e de gestão dos utilizadores municipais para apoio às decisões, e (2) conhecer o grau de utilidade da informação divulgada no relato financeiro municipal, designadamente dos documentos de preparação obrigatória, para apoio às tomadas de decisão dos utilizadores municipais. Além disso procura-se, através de uma análise cross-section, verificar se o perfil do inquirido (segundo a área de formação e experiência profissional) está, de algum modo, associado às necessidades de informação, bem como à utilidade do relato da informação financeira municipal. Tendo presente os principais objetivos definidos, pretende-se com estes dar resposta às seguintes questões de investigação:

*(1) Quais as necessidades de informação financeira e de gestão dos utilizadores internos (decisores políticos e técnicos) municipais para apoio às suas decisões?*

*(2) Quais os documentos de prestação de contas (obrigatórios) de maior utilidade para as tomadas de decisão dos utilizadores internos (decisores políticos e técnicos) municipais?*

*(3) Qual a associação entre o perfil dos inquiridos, a experiência profissional no cargo e as necessidades de informação financeira e de gestão e a utilidade do relato financeiro municipal?*

### **4.3\_HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO**

A publicação do POCAL vem reforçar, na Administração Local portuguesa, a importância dos sistemas contabilísticos no sentido de responder às necessidades de informação, quer dos utilizadores internos, quer externos. Assim, procurou-se identificar as necessidades de informação financeira e de gestão dos decisores internos municipais (políticos e técnicos), de forma a estabelecer uma relação entre essas, o uso e a utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais no âmbito do POCAL.

Diversos estudos empíricos e normativos contabilísticos identificaram alguns utilizadores comuns da informação financeira divulgada no relato financeiro das entidades da Administração Pública, como por exemplo, os órgãos do Governo e de controlo, investidores, credores e fornecedores de recursos (Anthony, 1978; IPSASB – NICSP 1, 2001; IPSASB – CF, 2013). Em particular, Mack (2004), num estudo empírico abrangendo diferentes entidades do Setor Público, confirmou, para a Administração Local, os utilizadores mencionados, substituindo os órgãos do Governo pelos órgãos executivo e deliberativo. As necessidades de informação dos utilizadores em termos de informação utilizada e as finalidades do uso da informação, também têm vindo a ser investigados no contexto das entidades locais. Especificamente, vários estudos (e.g., Robbins, 1984; Hay & Antonio, 1990; Daniels & Daniels, 1991; Collins *et al.*, 1991; Brusca, 1997; Tayib *et al.*, 1999; López & Caba, 2004; Lee, 2008) constataram que

os utilizadores da informação financeira apresentam necessidades específicas e individuais de informação. Os estudos de López & Caba (2004) e Mack (2004) revelam também que a utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais varia consoante as necessidades de informação para as tomadas de decisões dos utilizadores. Considerando-se a literatura, baseada no paradigma dos utilizadores da informação e suas necessidades definiu-se a seguinte hipótese de investigação:

*H<sub>1</sub>: A utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais para ambos os tipos de decisores internos (políticos e técnicos) é influenciada pelas suas necessidades de informação financeira e de gestão.*

Brusca (1997) e Yamamoto (2008) consideram que a área de formação e a experiência profissional dos utilizadores está relacionada com as necessidades de informação financeira e a utilidade atribuída ao relato da informação financeira, na medida em que estes fazem uso, para as suas tomadas de decisão, de diferentes tipos de informação conforme algumas características pessoais. Por exemplo, Brusca (1997) comprovou que os utilizadores que possuem habilitações na área empresarial atribuem maior utilidade à informação divulgada no relato financeiro. Do mesmo modo, Yamamoto (2008) mostrou que a área de formação e a experiência profissional estão associadas positivamente com a utilidade atribuída às demonstrações financeiras. Nesta linha, e considerando a possível existência de uma associação positiva entre a área de formação e a experiência profissional dos decisores internos (políticos e técnicos) municipais e as necessidades de informação financeira e de gestão e utilidade atribuída ao relato financeiro municipal para a tomada de decisões, formularam-se as seguintes hipóteses de investigação, também estas baseadas no paradigma dos utilizadores da informação e suas necessidades:

*H<sub>2</sub>: A área de formação dos utilizadores internos está diretamente associada com as suas necessidades de informação financeira e de gestão.*

*H<sub>3</sub>: A área de formação dos utilizadores internos está diretamente associada com a utilidade atribuída ao relato financeiro municipal.*

*H<sub>4</sub>: A experiência profissional dos utilizadores internos está diretamente associada com as suas necessidades de informação financeira e de gestão.*

*H<sub>5</sub>: A experiência profissional dos utilizadores internos está diretamente associada com a utilidade atribuída ao relato financeiro municipal.*

## 4.4 INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS

Os dados foram obtidos através da aplicação de um inquérito por questionário a toda a população de forma a aferir a utilidade do relato da informação financeira para os utilizadores internos municipais na satisfação das suas necessidades de informação para a tomada de decisão. A opção pelo questionário revela-se o método mais adequado quando o objetivo de investigação é recolher informação sobre as perceções e comportamentos de uma amostra com o intuito de generalizar os resultados para uma população (Ferreira & Sarmiento, 2009).

O questionário foi estruturado de acordo com as perspetivas de abordagem dos objetivos do estudo. As questões base à elaboração do questionário resultaram da revisão de literatura efetuada dos estudos empíricos (ver Secção 3) e também do normativo contabilístico aplicável aos municípios portugueses – POCAL. Usaram-se variáveis ordinais baseadas numa *scale* do tipo *Likert* de cinco pontos, à semelhança dos estudos de Tayib *et al.* (1999), Mack (2004), López & Caba (2004), Yamamoto (2008), Andriani *et al.* (2010) e Kober *et al.* (2010). A aplicação do questionário foi feita através de correio eletrónico, tendo-se para o efeito selecionado um *software* disponível na *internet*.

## 4.5 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Tendo em conta os objetivos definidos para este trabalho e considerando que o estudo recai sobre a análise da Administração Local portuguesa, definiu-se como população alvo todos os decisores políticos (membro do órgão executivo) e técnicos (Responsável máximo do Departamento Financeiro ou Divisão Financeira ou Secção de Contabilidade, consoante o modelo de estrutura orgânica do município), principais responsáveis da área financeira, da totalidade dos municípios portugueses (308).

Os inquiridos foram selecionados atendendo ao seu papel preponderante como decisores internos municipais e, subsequentemente, utilizadores principais da informação financeira autárquica. A opção dos utilizadores internos como objeto a investigar empiricamente, deve-se ao facto deste grupo ter assumido um papel preponderante no uso da informação financeira produzida pela Contabilidade Autárquica, com a introdução dos princípios da nova gestão pública.

A população total é composta por 616 decisores dos 308 municípios portugueses.

Foram rececionados 302 questionários completos, obtendo-se uma taxa de resposta de 49,03%. A taxa de resposta obtida pode ser considerada bastante satisfatória quando comparada com outras taxas de estudos análogos (eg. Jones *et al.*, 1985 - 10%; Priest *et al.*, 1999 - 19%; Brusca, 1997 - 38,5%; Andriani *et al.*, 2010 - 23% e Kober *et al.*, 2010 - 21%).

Em termos de representatividade quantitativa, assumindo um nível de significância de 5% e um erro de aproximadamente 5,64% obteve-se uma dimensão da amostra de 302 observações recolhidas (49,03% da população), pelo que se considera que o tamanho da amostra é representativo da população.

Relativamente ao perfil dos inquiridos por grupo de decisores, os resultados obtidos podem ser sintetizados da seguinte maneira:

- A maioria dos respondentes (56,96%) possuía, à data da aplicação do questionário, uma antiguidade no desempenho do cargo que variava entre 1 a 9 anos ( $M = 3,23$ ;  $DP = 1,189$ ). 30,77% dos decisores técnicos exercia a sua atual função há entre 5 anos e 9 anos, sendo que 22,6% a exerciam há mais de 15 anos. 44,68% dos decisores políticos exerciam há entre 1 e 4 anos e 25,53% há entre 5 e 9 anos. As diferenças entre as percentagens, relativas aos grupos de decisores, parecem ser justificáveis pelo número de anos correspondente ao período eleitoral dos decisores políticos (quatro anos).
- 90,06% dos inquiridos possuem habilitações ao nível do ensino superior, sendo que dois respondentes possuem Doutoramento (dentro do grupo dos decisores políticos). De salientar que é reduzida a quantidade dos respondentes com o Ensino Secundário, atingindo 9,94%.
- Foi também efetuada uma análise da área de formação dos respondentes, sendo que Economia/Gestão prevalece (51,06% nos políticos e 69,58% nos técnicos), seguida da resposta “Outra”, na maioria dos casos na área de Direito, designadamente os decisores políticos (22,34%).

## 4.6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para a análise dos resultados obtidos recorreu-se às técnicas da estatística univariada e bivariada. A análise univariada consistiu na realização, para cada variável, da distribuição de frequências e na determinação de medidas de tendência central (média e mediana), medidas de dispersão (desvio padrão, mínimo e máximo). A análise bivariada consistiu na aplicação do teste *t* de *Student* para amostras independentes e teve como objetivo verificar se existiam diferenças entre os dois grupos de decisores (políticos e técnicos) para cada item das diferentes questões.

#### 4.6.1\_NECESIDADES DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA E DE GESTÃO

Para identificar as necessidades de informação financeira e de gestão de apoio ao processo de tomada de decisões, questionaram-se os respondentes sobre a necessidade de um conjunto de itens. O conjunto selecionado procura conhecer a necessidade de informação incluída no relato financeiro municipal e de outra informação não incluída.

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis em estudo. Os resultados mostram que, por um lado, os respondentes têm muita necessidade da informação divulgada no relato financeiro municipal para as suas tomadas de decisão. Por outro lado, revelam também que os respondentes têm muita necessidade de outro tipo de informação de divulgação não obrigatória.

A principal necessidade de informação financeira e de gestão para as tomadas de decisão dos respondentes reflete-se na obtenção de informação sobre a capacidade de endividamento do município, designadamente sobre o montante de endividamento líquido total do município do município, incluindo as participações no endividamento das associações municipais e do setor empresarial local, em 31 de dezembro de cada ano (com uma concordância média de 4,66). Este resultado não é de estranhar atendendo a que o recurso ao endividamento é frequentemente utilizado pelos municípios como forma de financiar a sua atividade, designadamente investimentos. Os respondentes revelam também ter muita necessidade de informação sobre a situação financeira e patrimonial do município e sobre o montante das despesas municipais realizadas, com uma concordância média de 4,62 e 4,51, respetivamente.

No que respeita à informação financeira e de gestão de divulgação não obrigatória (como é o caso dos *outputs* fornecidos pela contabilidade de custos), os respondentes revelam ter também muita necessidade deste tipo de informação para as suas tomadas de decisão internas. A informação sobre os custos da atividade municipal, pelos diferentes serviços prestados, funções e atividades de modo a permitir a definição de preços e taxas, é o *output* fornecido pelo subsistema da contabilidade de custos, entre os apresentados, que os respondentes consideram ter bastante necessidade para as suas tomadas de decisão (4,14). Também é de assinalar que os respondentes manifestam ter bastante necessidade de informação previsional orçamental na prestação de contas (com um grau de necessidade de 4,10). As diferenças relativamente às necessidades de informação financeira e de gestão não se revelam significativas entre os grupos de decisores. Uma possível justificação desta semelhança entre os dois grupos pode ter a ver com o facto dos decisores inquiridos terem ambos responsabilidades financeiras e terem sido indagados para as tomadas de decisão de carácter geral, e não para diferentes tipos de decisão.

**Tabela 1 – Estatísticas descritivas das necessidades de informação financeira e de gestão**

INDIQUE O GRAU DE NECESSIDADE DOS SEGUINTES ITENS DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA E DE GESTÃO PARA AS SUAS TOMADAS DE DECISÃO.	DECISORES						p-value <sup>b</sup>	
	POLÍTICOS (N=94)			TÉCNICOS (N=208)				
	MÉDIA (N=302)	DESV. PAD.	MÍN/ MÁX	% 1/2 <sup>a</sup>	% 4/5 <sup>a</sup>	MÉDIA (N=94)		MÉDIA (N=208)
Informação sobre a capacidade de endividamento do município, designadamente sobre o montante de endividamento líquido total do município, incluindo as participações no endividamento das associações municipais e do setor empresarial local, em 31 de dezembro de cada ano	4,66	0,604	1/5	0,70	95,40	4,64	4,67	0,690
Informação sobre a situação financeira e patrimonial do município	4,62	0,603	2/5	0,30	94,40	4,57	4,63	0,423
Informação sobre o montante das despesas municipais (investimentos e despesas correntes) realizadas	4,51	0,666	1/5	1,00	93,40	4,52	4,50	0,843
Informação sobre o montante das receitas municipais liquidadas e/ou cobradas	4,47	0,660	3/5	-	90,70	4,54	4,44	0,223
Informação sobre os custos de atividade municipal, pelos diferentes serviços prestados, funções e atividades de modo a permitir a definição de preços e taxas	4,14	0,846	1/5	3,60	79,50	4,14	4,13	0,972
Informação previsional orçamental na prestação de contas	4,10	0,942	1/5	4,60	75,50	4,06	4,12	0,660
Informação que permita ao município decidir se deve continuar responsável pela produção de determinado bem, serviço ou atividade ou subcontratar a entidades externas	4,06	0,866	1/5	3,60	73,80	4,03	4,08	0,677
Informação sobre os proventos da atividade municipal, pelos diferentes serviços prestados, funções e atividades	3,99	0,865	1/5	3,60	71,50	3,94	4,01	0,467
Informação sobre os resultados da atividade municipal, pelos diferentes serviços prestados, funções e atividades	3,98	0,829	2/5	2,60	70,20	3,98	3,99	0,947
Informação dos valores de indicadores económico-financeiros	3,97	0,771	2/5	1,70	72,20	3,93	3,99	0,493
Informação dos valores de indicadores de gestão operacional –eficiência	3,97	0,788	2/5	2,30	72,20	3,97	3,97	0,975
Informação financeira consolidada, abrangendo todas as entidades do "Grupo Municipal"	3,96	1,075	1/5	8,30	69,20	3,99	3,89	0,354
Informação sobre o custo dos produtos e serviços, comparando-os com produtos e serviços similares e com custos pré-estabelecidos ou custos de referência	3,92	0,867	1/5	5,00	69,20	3,99	3,89	0,354
Informação sobre o prazo médio de pagamento do município	3,91	0,877	1/5	4,00	66,90	3,80	3,97	0,151
Informação dos valores de indicadores de gestão operacional – Eficácia	3,90	0,835	1/5	3,60	67,90	3,82	3,93	0,275
Informação dos valores de indicadores orçamentais (rácios elaborados a partir dos mapas orçamentais)	3,88	0,787	2/5	2,60	67,50	3,84	3,89	0,583

<sup>a</sup> Escala: [1] nada necessário – [5] muito necessário. Nesta tabela, "nada necessário" representa a percentagem dos respondentes que responderam [1] ou [2] das respostas da escala; "muito necessário" representa os respondentes que responderam [4] ou [5] da escala. <sup>b</sup> p-value ou asym. significance do teste t-Student.

## 4.6.2 UTILIDADE DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Os resultados, sintetizados na Tabela 2, indicam, em geral, que a maioria dos documentos de prestação de contas é bastante útil para as tomadas de decisão dos inquiridos (com uma utilidade superior ao valor intermédio da escala). O Relatório de Gestão e o Mapa do Endividamento Autárquico (empréstimos e outras dívidas a terceiros) constituem os documentos de utilidade mais elevada para as tomadas de decisão dos respondentes (com um grau de utilidade média de 4,53 e 4,52, respetivamente). Estes vão ao encontro dos resultados de Brusca (1997), em que os respondentes também consideram o Mapa do Endividamento de grande utilidade. Os Mapas de Modificações ao Orçamento da Despesa e da Receita, o Mapa de Modificações ao PPI, os Mapas dos Ativos de Rendimento Fixo e Variável e a Demonstração da Variação da Produção são os documentos que apresentam utilidade mais reduzida, mas ainda assim superior ao valor intermédio da escala. Atendendo à base contabilística dos documentos de prestação de contas, constata-se que os mapas elaborados na base de caixa são os que revelam, ainda que ligeiramente, utilidade mais elevada para as tomadas de decisão, quando comparados com os mapas de informação patrimonial, financeira e económica, elaborados na base de acréscimo.

Os resultados obtidos da aplicação do teste  $t$  (Tabela 2, última coluna) indicam que os dois grupos de decisores atribuem, em geral, utilidade semelhante aos documentos de prestação de contas (obrigatórios) para as tomadas de decisão, embora se registem exceções estatisticamente significativas em relação a sete itens. Em média, o grupo de decisores técnicos atribui, para a maioria dos documentos, maior utilidade aos documentos de prestação de contas (obrigatório) comparativamente ao grupo de decisores políticos. Contudo, as diferenças são estatisticamente significativas, para um  $p < 0,05$ , nos mapas de Execução Anual do PPI, das Transferências Correntes e de Capital – Receita, do Ativo Imobilizado Bruto e das Amortizações Acumuladas e Ajustamentos, dos Subsídios Obtidos, e dos Ativos de Rendimento Fixo e Variável; para um  $p < 0,1$ , as diferenças são significativas nos Balanço e Mapa dos Fluxos de Caixa. Atentos às diferenças estatisticamente significativas, para um  $p < 0,05$ , refira-se que é o grupo de decisores políticos que atribui, curiosamente, valores mais altos aos mapas das Transferências Correntes e de Capital – Receita, dos Subsídios Obtidos e dos Ativos de Rendimento Fixo e Variável face ao grupo de decisores técnicos. Para um  $p < 0,1$  é o grupo de decisores técnicos que atribui valores mais altos em ambos os documentos de prestação de contas com diferenças estatisticamente significativas.

Os resultados mostram que a informação divulgada nos documentos de prestação de contas em geral são bastantes úteis quer para os decisores políticos quer para os decisores técnicos, sendo evidente que a informação preparada na base de acréscimo apresenta já uma utilidade elevada para ambos os tipos de decisores internos. Estes resultados corroboram as conclusões dos estudos, realizados mais recentemente, de Andriani *et al.* (2010) e Kober *et al.* (2010).

No entanto, verifica-se também que as demonstrações orçamentais ainda continuam a ser as preferidas para o processo de tomada de decisões, com valores médios de utilidade acima dos documentos preparados em base de acréscimo. Tal evidência tende a contrariar os resultados de Jones et al. (1985), Hay & Antonio (1990), Daniels & Daniels (1991), Brusca (1997), Crain & Bean (1998) e Mack & Ryan (2006). Estes resultados parecem indicar que a informação preparada na base de acréscimo começa a ter maior utilidade. Pode-se apontar como razão o facto de os utilizadores possuírem mais experiência e conhecimento da informação financeira preparada e elaborada segundo o POCAL.

**Tabela 2 – Estatísticas descritivas da utilidade dos documentos de prestação de contas**

INDIQUE O GRAU DE UTILIDADE QUE OS SEGUINTES DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS (OBRIGATORIOS) APRESENTAM PARA AS SUAS TOMADAS DE DECISÃO.	MÉDIA (N=302)	DES. PAD.	MIN/MÁX	% 1/2 <sup>a</sup>	% 4/5 <sup>a</sup>	DECISORES		p-value <sup>b,c</sup>		
						POLÍTICOS			TÉCNICOS	
						MÉDIA (N=94)	MÉDIA (N=208)		MÉDIA (N=94)	MÉDIA (N=208)
Relatório de Gestão	4,53	0,640	2/5	0,3	92,7	4,48	4,55	0,352		
Mapa do Endividamento Autárquico (empréstimos e outras dívidas a terceiros)	4,52	0,645	2/5	0,3	92,4	4,49	4,53	0,623		
Mapas do Controle Orçamental da Despesa e da Receita	4,46	0,718	2/5	1,3	89,4	4,39	4,49	0,279		
Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	4,38	0,809	1/5	2,0	85,1	4,36	4,38	0,820		
Mapa de Execução Anual do PPI	4,36	0,755	2/5	1,7	86,4	4,21	4,42	0,025**		
Balanço	4,34	0,831	1/5	2,0	82,8	4,21	4,40	0,071**		
Demonstração dos Resultados por natureza (DR)	4,32	0,828	2/5	2,6	82,1	4,26	4,36	0,330		
Mapa dos Fluxos de Caixa	3,99	0,891	2/5	5,0	69,9	3,84	4,06	0,050		
Mapas das Transferências Correntes e de Capital – Receita	3,84	0,837	2/5	5,0	65,6	3,98	3,77	0,049**		
Mapas das Transferências Correntes e de Capital – Despesa	3,84	0,856	1/5	5,3	65,9	3,95	3,79	0,149		
Demonstração dos Resultados Financeiros	3,83	0,837	2/5	5,0	64,9	3,81	3,84	0,708		
Mapa dos Substícios Obtidos	3,75	0,853	1/5	5,6	61,3	3,89	3,68	0,036**		
Demonstração dos Resultados Extraordinários	3,75	0,851	1/5	5,6	61,9	3,86	3,71	0,143		
Mapa do Ativo Imobilizado Bruto e Mapa das Amortizações Acumuladas e Ajustamentos	3,72	0,872	2/5	7,6	59,3	3,66	3,75	0,431		
Mapa da Contratação Administrativa – Situação dos contratos	3,71	0,908	1/5	7,6	57,6	3,52	3,80	0,014**		
Mapa das Contas de Ordem	3,66	0,918	1/5	9,3	54,6	3,65	3,66	0,699		
Mapa das Operações de Tesouraria	3,55	0,969	1/5	14,2	50,0	3,48	3,58	0,393		
Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	3,53	1,023	1/5	15,9	47,0	3,45	3,57	0,344		
Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	3,52	0,932	1/5	12,6	50,7	3,51	3,53	0,875		
Mapas de Modificações ao Orçamento da Despesa e da Receita	3,38	0,977	1/5	18,5	43,4	3,40	3,37	0,780		
Mapa de Modificações ao PPI	3,38	0,997	1/5	18,2	41,7	3,36	3,39	0,823		
Mapas dos Ativos de Rendimento Fixo e Variável	3,38	0,970	1/5	16,6	43,4	3,48	3,34	0,049**		
Demonstração da Variação da Produção	3,21	0,958	1/5	21,2	39,1	3,20	3,22	0,905		

<sup>a</sup> Escala: [1] muito útil – [5] não útil. Nesta tabela, “não útil” representa a percentagem dos respondentes que responderam [1] ou [2] das respostas da escala; “muito útil” representa os respondentes que responderam [4] ou [5] da escala; <sup>b</sup> p-value ou asym. significance do teste t-Student; <sup>c</sup> Quando \*p-value < 0,1, \*\*p-value < 0,05, os grupos diferem.

## 4.7\_TESTE E DISCUSSÃO DAS HIPÓTESES

Com a definição de  $H_{11}$ , procurou-se averiguar a influência das necessidades de informação financeira e de gestão na utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais para as tomadas de decisão de ambos os utilizadores internos (decisores políticos e técnicos). Recorreu-se ao método *OLS* para estimar o modelo de regressão linear múltipla com seleção de variáveis pelo método *Enter*.

Com vista à identificação e composição das variáveis necessárias (variáveis latentes) para testar a hipótese formulada, realizou-se a análise fatorial nos itens constituintes de cada dimensão. As variáveis foram criadas com base na média simples dos itens constituintes em cada fator extraído da análise fatorial em componentes principais sobre escalas, conforme sugerido por Pestana & Gageiro (2008).

Assim, para os itens da dimensão 'necessidades de informação financeira e de gestão', o valor da estatística KMO foi de 0,894, o que evidencia que a qualidade das correlações entre as variáveis é boa (Pestana & Gageiro, 2008; Marôco, 2010). Os resultados do teste de *Bartlett* ( $p < 0,05$ ,  $\alpha = 0,000$ ) evidenciam que existe uma correlação positiva entre as variáveis. Para o caso dos itens da dimensão 'utilidade do relato financeiro municipal', os resultados do teste KMO (igual a 0,911) revelam que a qualidade das correlações entre as variáveis é muito boa (Pestana & Gageiro, 2008; Marôco, 2010). Também, os resultados do teste de *Bartlett* ( $p < 0,05$ ,  $\alpha = 0,000$ ) mostram que existe uma correlação positiva entre as variáveis.

Da análise fatorial para a dimensão 'necessidades de informação financeira e de gestão' ( $\alpha = 0,788$ ) resultou a extração de 3 fatores, sem a exclusão de algum item. O primeiro fator 'Necessidades de informação fornecida pela Contabilidade de Custos' ( $\alpha = 0,919$ ) – NeclnfCC – inclui os itens relacionados com os *outputs* da Contabilidade de Custos. Refira-se que da análise multivariada, elaborada através das componentes principais, foi possível concluir que a informação preparada e divulgada por este subsistema é a que revela ser mais necessária para a apoio às decisões dos inquiridos (variância explicada de 45,23%). O segundo fator 'Necessidades de informação voluntária' ( $\alpha = 0,845$ ) – NeclnfVol – relaciona-se com as necessidades de informação resultante dos valores de indicadores económico-financeiros, orçamentais e de gestão operacional – eficiência e eficácia, e de informação financeira consolidada. Por último, o terceiro fator 'Necessidades de informação orçamental e patrimonial' ( $\alpha = 0,768$ ) – NeclnfOrçPat – inclui os *outputs* das contabilidades Orçamental e Patrimonial. Com o objetivo de conhecer o comportamento geral adotado pela amostra perante os conceitos medidos, procedeu-se à análise descritiva das variáveis constituídas. Da análise às necessidades de informação financeira e de gestão percebe-se que, em média, os respondentes da amostra revelam ter necessidades de informação elevadas, sendo que o fator NeclnfOrçPat é o que apresenta média mais elevada (4,38), seguindo-se, com valores médios muito próximos, os fatores NeclnfCC (4,02) e NeclnfVol (3,94). Não existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de decisores

quanto às variáveis latentes ( $p > 0,05$ ). Este resultado pode ser explicado pelos tipos de utilizadores analisados neste estudo.

Para o caso da dimensão ‘utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais’, os resultados do teste KMO (igual a 0,911) mostram que a qualidade das correlações entre as variáveis é muito boa (Pestana & Gageiro, 2008; Marôco, 2010). Os resultados do teste de Bartlett ( $p < 0,05$ ,  $\alpha = 0,000$ ) evidenciam que existe uma correlação positiva entre as variáveis. Para a constituição da variável global seguiu-se o procedimento adotado para a variável anterior ( $\alpha = 0,755$ ). Da análise factorial resultou a extração de cinco fatores que explicam 74,67% da variância total. A variável ‘utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais - Utilidade’ foi constituída tendo por base todos os itens constituintes dos cinco fatores extraídos. A perceção dos inquiridos quanto à utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais (variável global) para as tomadas de decisão indica que esta é bastante útil com uma média ponderada de 4,12.

Mediante os resultados obtidos no teste à normalidade de *Kolmogorov-Smirnov* ( $p = 0,000 < 0,05$ ), para a análise da relação entre as variáveis recorreu-se, para todas as situações, à estatística não paramétrica, designadamente ao cálculo dos coeficientes de correlação ordinal de *Spearman* ( $\rho$ ). Para um nível de significância de 0,01, existem evidências estatísticas para se afirmar que as diferentes necessidades de informação e a utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais estão associadas entre si ( $p < 0,01$ ). De facto, verifica-se que existe uma associação moderada e positiva entre as variáveis *NeclnfCC*, *NeclnfVol*, *NeclnfOrçPat*, *Neclnf* (variável global) e a utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais (Utilidade – variável global) (o coeficiente de correlação  $\rho_{(302)}$  varia entre 0,505 e 0,650).

**Tabela 3 – Resultados da regressão**

MODELO	VARIÁVEIS <sup>a</sup>	UTILIDADE <sup>b</sup>				
		COEFICIENTES NÃO ESTANDARDIZADOS		COEFICIENTES ESTANDARDIZADOS		
		$\beta$	ERRO STANDARD	$\beta$	t	Sig.
1	(Constante)	1,062	0,201	-	5,286	0,000**
	<i>NeclnfCC</i>	0,18	0,041	0,024	0,423	0,673
	<i>NeclnfVol</i>	0,337	0,044	0,421	7,626	0,000**
	<i>NeclnfOrçPat</i>	0,376	0,057	0,351	6,653	0,000**
	R	0,691 <sup>a</sup>				
	R <sup>2</sup>	0,477				
	Adjusted R <sup>2</sup>	0,472				
	F	90,738				
		(0,000)**				

<sup>a</sup> Variáveis independentes; <sup>b</sup> Variável dependente; Método: *Enter*; n = 302; \*\* significativo para um nível de significância de 0,05

A Tabela 3 apresenta os resultados da regressão linear múltipla do modelo estimado. O modelo estimado apresenta um coeficiente de determinação de 0,472 (*Adjusted R<sup>2</sup>*), o que significa que as variáveis independentes analisadas explicam 47,2% da variação observada na variável utilidade. A variável que mais contribui para o coeficiente de determinação, com relação positiva, é a *NeclnfVol* ( $\beta = 0,421$ ). Com o mesmo sentido de associação, a variável *NeclnfOrçPat* contribui com um valor inferior ( $\beta = 0,351$ ). Verifica-se porém, que, a variável *NeclnfCC* não determina a utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais no processo de tomada de decisões ( $\beta = 0,423$ ,  $\beta$  não estatisticamente significativo). O modelo estimado ao apresentar um *Adjusted R<sup>2</sup>* próximo de 50% (valor considerado adequado nos estudos em ciências sociais, de acordo com Marôco, 2010) significa que é um modelo com alguma robustez ou poder explicativo da variável dependente em questão.

A estatística  $F(3, 298)$  com um valor de 90,738 associada a um  $p$  inferior a 0,001 ( $\alpha = 0,05$ ) permite concluir que o modelo é estatisticamente significativo, ou seja, que o modelo linear é adequado para explicar a relação entre a utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais e as necessidades de informação financeira e de gestão.

Para garantir a robustez do modelo desenvolvido, foram verificados os pressupostos de normalidade, homocedasticidade e independência dos resíduos, conforme procedimentos indicados por Marôco (2010). Os resultados indicam genericamente que os pressupostos se verificam.

Os resultados obtidos na *OLS* permitem confirmar parcialmente  $H_1$ , na medida em que as necessidades de informação voluntária e necessidades de informação orçamental e patrimonial são determinantes consideráveis da utilidade do relato financeiro municipal em Portugal, e as necessidades de informação fornecida pela Contabilidade de Custos não o são. Este resultado confirma parcialmente as conclusões dos estudos realizados por Hay & Antonio (1990), Daniels & Daniels (1991), Collins et al. (1991), Brusca (1997), López & Caba (2004), Yamamoto (2008) e Grossi & Reichard (2009). Em simultâneo, reforça o papel da teoria dos utilizadores da informação e suas necessidades também para explicar a reforma da Contabilidade Pública (particularmente municipal) em Portugal, designadamente na introdução e adoção de um sistema contabilístico que, face ao tradicional permite a elaboração e divulgação de mais e melhor informação, subsequentemente mais útil aos seus utilizadores (Jones & Pendlebury, 2000).

Para o teste de  $H_2$ ,  $H_3$ ,  $H_4$  e  $H_5$ , tendo em conta a dispersão dos dados da área de formação e da experiência profissional, inicialmente definidos, optou-se por agrupar cada uma das variáveis nominais em dois conjuntos de variáveis nominais dicotômicas, seguindo a metodologia também adotada por Brusca (1997) para a área de formação. Assim, para a variável 'área de formação' foi criado o grupo que inclui os indivíduos (64,8% decisores políticos; 84,13% decisores técnicos) com formação na área gestonária (Economia/Gestão, Contabilidade e Auditoria) e o grupo que agrega os indivíduos (35,11%, decisores políticos; 15,87%, decisores técnicos) que possuem outro tipo de formação (Engenharia,

Direito...). Para a análise da variável 'experiência profissional', considerando a antiguidade no desempenho do cargo, criaram-se também os seguintes grupos: Grupo I – Experiência profissional considerável – utilizadores internos que exercem o cargo há 5 ou mais anos (54,25% decisores políticos; 74,03% decisores técnicos) e Grupo II – Experiência profissional reduzida – Utilizadores internos que exercem o cargo há menos de 5 anos (45,74% decisores políticos; 25,96% decisores técnicos).

De maneira a verificar se existe associação entre a área de formação e a experiência profissional dos inquiridos e as suas necessidades de informação financeira e de gestão para o processo de tomada de decisão e a utilidade atribuída ao relato financeiro municipal, utilizou-se o teste exato de *Fisher*, com recurso ao *Odds Ratio*. Para tal, dado as variáveis globais constituídas serem quantitativas, procedemos inicialmente à conversão destas para variáveis nominais, em que assume o valor 1 quando os valores são inferiores a 3 (necessidades de informação e utilidade reduzidas) e valor 2 quando os valores são iguais ou superiores a 3 (necessidades de informação e utilidade elevadas).

**Tabela 4 – Testes estatísticos para a análise da associação entre a área de formação a experiência profissional e as necessidades de informação financeira e de gestão e a utilidade do relato financeiro municipal**

VARIÁVEIS	TESTES	VALOR PRÓPRIO (Sig.)	
		NecInf	UTILIDADE
Área de Formação	Fisher	- (0,484)	- (0,622)
	V de Cramer	0,006 (0,919)	0,008 (0,885)
Experiência profissional	Fisher prova	- (0,699)	- (0,325)
	V de Cramer	0,034 (0,558)	0,048 (0,404)

Os resultados (Tabela 4) do teste de *Fisher* (*Sig.* > 0,05) revelaram que não existe relação estatisticamente significativa entre as necessidades de informação financeira e de gestão dos utilizadores internos e utilidade atribuída às demonstrações financeiras e orçamentais, considerando as diferentes áreas de formação e a experiência profissional, ou seja, estas últimas parecem não afetar as necessidades e a utilidade. Também, atentos aos coeficientes *V de Cramer* (*Sig.* > 0,05) verifica-se que a associação entre as variáveis não é significativa.

O *Odds Ratio* (Tabelas 5 e 6) permite ainda concluir que o grupo de indivíduos com formação na área gestonária e com experiência profissional considerável tem cerca de 1 (2 no caso de experiência profissional) vez mais probabilidade de ter mais necessidades de informação financeira e de gestão e atribuir maior utilidade às demonstrações financeiras e orçamentais

do que o grupo de indivíduos com formação em outra área e com experiência profissional reduzida, não sendo porém as diferenças significativas, na medida em que um pertence aos intervalos de confiança obtidas no *output* estatístico.

**Tabela 5 – Odds Ratio para a área de formação e as necessidades de informação financeira e de gestão e a utilidade atribuída ao relato financeiro municipal**

	VALOR		95% INTERVALO DE CONFIANÇA			
			INFERIOR		SUPERIOR	
	Neclnf	UTILIDADE	Neclnf	UTILIDADE	Neclnf	UTILIDADE
<i>Odds Ratio for fisher</i> (1.00 / 2.00)	1,121	1,123	0,123	0,233	10,201	5,419
<i>For cohort</i> Área formação = Outra	1,024	1,025	0,658	0,747	1,594	1,405
<i>For cohort</i> Área formação = Gestionária	0,914	0,913	0,156	0,259	5,345	0,312
N.º de casos válidos	302					

**Tabela 6 – Odds Ratio para a experiência profissional no cargo e as necessidades de informação financeira e de gestão e utilidade atribuída ao relato financeiro municipal**

	VALOR		95% INTERVALO DE CONFIANÇA			
			INFERIOR		SUPERIOR	
	Neclnf	UTILIDADE	Neclnf	UTILIDADE	Neclnf	UTILIDADE
<i>Odds Ratio for fisher</i> (1.00 / 2.00)	1,910	1,929	0,211	0,402	17,324	9,260
<i>For cohort</i> Experiência profissional = Reduzida	1,892	1,186	0,757	0,861	1,845	1,163
<i>For cohort</i> Experiência profissional = Considerável	0,619	0,615	0,106	0,176	3,599	2,147
N.º de casos válidos	302					

Nestes termos, as hipóteses ( $H_2$ ,  $H_3$ ,  $H_4$  e  $H_5$ ) são refutadas, ou seja, não há evidência estatística de associação entre a área de formação e a experiência profissional dos respondentes e as necessidades de informação financeira e de gestão e a utilidade atribuída ao relato financeiro municipal. Os resultados obtidos contrariam as conclusões de Brusca (1997) e Yamamoto (2008), embora refira-se que, os resultados do *Odds Ratio* tendem para as mesmas conclusões. O facto dos estudos destes autores não estarem focados nas tomadas de decisão e incidirem indiferenciadamente sobre utilizadores externos e internos, pode justificar a diferença desta evidência empírica.

## 5 CONCLUSÕES

Este estudo centrou-se na análise da informação financeira que está prevista ser preparada e divulgada pelos municípios em Portugal para apoio ao processo de tomada de decisão dos dirigentes autárquicos, contribuindo para a análise da utilidade do atual relato financeiro municipal para a satisfação das necessidades de informação financeira e de gestão dos utilizadores/decisores. Por tal, procurou-se identificar as necessidades de informação financeira e de gestão mais e menos elevadas e evidenciar os documentos de prestação de contas obrigatórios de maior ou menor utilidade para as tomadas de decisão internas.

Em termos gerais, os resultados obtidos revelam que os utilizadores internos dos municípios portugueses acham muito necessária a informação divulgada no atual relato financeiro municipal em Portugal para as suas tomadas de decisão. Os resultados revelam também que os respondentes têm muita necessidade de outro tipo de informação de divulgação não obrigatória.

Analisando a influência das necessidades de informação financeira e de gestão na utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais, os resultados sugerem primeiramente que as necessidades de informação financeira dos utilizadores internos estão positivamente associadas com a utilidade da informação financeira elaborada no âmbito do POCAL, ainda que moderadamente. As demonstrações financeiras e orçamentais tornam-se úteis para os utilizadores internos quando estes veem satisfeitas as suas necessidades de informação. As diferenças relativamente às necessidades de informação financeira e de gestão para as tomadas de decisão não se revelaram estatisticamente significativas entre os grupos de decisores. O modelo de regressão linear múltipla estimado permitiu verificar que a utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais não é, no seu todo, influenciada pelas necessidades de informação financeira e de gestão.

Quanto ao grau de utilidade dos documentos de prestação de contas (obrigatórios), os resultados mostraram a sua elevada utilidade para as tomadas de decisão dos utilizadores municipais. Constataram-se também diferenças, ainda que reduzidas, entre os grupos de decisores – políticos e técnicos – no que respeita à utilidade atribuída ao relato financeiro elaborado e divulgado nos municípios portugueses, no contexto das tomadas de decisão. Porém, estas diferenças não suficientemente significativas.

Adicionalmente, não existe evidência estatística que permita relacionar a área de formação e a experiência profissional dos decisores internos com as necessidades de informação financeira e de gestão e a utilidade atribuída ao relato financeiro municipal.

Considerando que a abordagem básica escolhida foi uma investigação *cross-section* e métodos de análise quantitativos, a primeira limitação que se coloca a este estudo é o facto deste tipo de análise permitir estabelecer associações, mas não relações de causalidade. A utilização de um único instrumento (questionário) para a medição de todas as variáveis do estudo pode, também, ter enviesado as respostas dos inquiridos e ter causado a variância

do método comum. A aferição da utilidade do relato financeiro municipal baseada nas opiniões dos inquiridos (medidas preceativas) e não em medidas objetivas pode também, por um lado, não ter permitido uma interpretação rigorosa e clara dos resultados e, por outro, ter ameaçado a validade interna do estudo.

Apesar destas limitações, este estudo contribui para a literatura científica da reforma dos sistemas contabilísticos e de relato financeiro da Administração Local, proporcionando, tanto quanto é do nosso conhecimento, a primeira avaliação *cross-section* da utilidade do relato financeiro dos municípios portugueses para a satisfação das necessidades de informação para as tomadas de decisão dos decisores internos.

## REFERÊNCIAS

Andriani, Y.; Kober, R. & Ng, J. (2010). Decision Usefulness of Cash and Accrual Information: Public Sector Managers' Perceptions. *Australian Accounting Review*, 20(53), p. 144-153.

Anthony, R. (1978). *Financial Accounting in Nonbusiness Organisations. An Exploratory Study of Conceptual Issues*, Financial Accounting Standards Board, Stamford, Connecticut.

Barbosa, C. (2009). *A Contabilidade Pública: Os seus Destinatários e as suas Necessidades de Informação – um Estudo no Setor da Saúde – Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia*. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Administração). Braga: Universidade do Minho, 2006. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6977>. Acesso em: Out. 2009.

Brusca, I. (1997). The Usefulness of Financial Reporting in Spanish Local Governments, *Financial Accountability & Management*, 13(1), p. 17-34.

Carvalho, J.; Fernandes, M.; Camões, P. & Jorge, S. (2008). *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses – 2006*. Lisboa: Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Chan, J. (2003). Government Accounting: An assessment of Theory, Purposes and Standards. *Public Money and Management*, 23, p.13-20.

Collins, W.; Keenan, D. & Lapsley, I. (1991). *Local Authority Financial Accounting – Communication Sophistry or Obfuscation*. The Chartered Institute of Public Finance and Accountancy.

Crain, G. & Bean, D. (1998). What Users Think of the New Reporting Model for Government: The Results of the GASB's Focus Group Sessions, *Government Finance Review*, 14(1), p. 9-13.

Daniels, J. & Daniels, C. (1991). Municipal Financial Reports: What Users Want, *Journal of Accounting and Public Policy*, 10(1), 15-38.

Davila, T. & Oyon, D. (2008). Cross-paradigm Collaboration and the Advancement of Management Accounting knowledge, *Critical Perspectives on Accounting*, 19(6), p. 887–893.

Decreto-Lei n.º 54-A/99, 22 de fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Ferreira, L. & Sarmento, M. (2009). Da Investigação Qualitativa em Contabilidade: Investigação por Inquérito. In: Major, M.; Vieira, R. (eds) *Contabilidade e Controlo de Gestão – Teoria, Metodologia e Prática*. Lisboa: Escolar Editora.

Grossi, G. & Reichard, C. (2009). The Limited Use of Financial Data for Governmental Decision-Making – an Exploratory Study with Reference to Germany and Italy, *12<sup>th</sup> Biennial Comparative International Governmental Accounting Research (CIGAR) Conference – New Challenges for Public Sector Accounting*, Modena, May, 2009.

Guthrie, J.; Olson, S. & Humphrey, C. (1999). Debating Developments in New Public Financial Management: the limits of global theorizing and some new ways forward, *Financial Accountability & Management*, 15(3/4), p. 209-228.

Hay, L. & Antonio, J. (1990). What Users want in Government Financial Reports, *Journal of Accountancy*, 91-98.

Hood, C. (1995). The New Public Management in the 1980's: Variations on a Theme, *Accounting, Organizations and Society*, 20(2), p. 93-109.

Hopper, T. & Powell, A. (1985). Making Sense of Research into Organizational and Social Aspects of Management Accounting: a Review of its Underlying Assumptions, *Journal of Management Studies*, 22(5), p. 429-465.

International Public Sector Accounting Standards Board – IPSASB (2013). *Conceptual Framework for General Purpose Financial Reporting by Public Sector Entities*, IFAC: New York.

International Public Sector Accounting Standards Board – IPSASB (2001). *Presentation of Financial Statements – IPSAS 1*, IFAC: New York.

Jones, R.; Pendlebury, M. (2000). *Public Sector Accounting*. 5. Ed. London: Pitman Publishing.

Jones, R.; Scott, R.; Kimbro, L.; Ingram, R. (1985). *The Needs of Users of Governmental Financial Reports*. Government Accounting Standards Board, Stanford: Connecticut.

Kober, R.; Lee, J. & Ng, J. (2010). Mind your Accruals: Perceived Usefulness of Financial Information in the Australian Public Sector under Different Accounting Systems, *Financial Accountability & Management*, 26(3), 267-298.

Lapsley, I. Accounting and the New Public Management: Instruments of Substantive Efficiency or a Rationalizing Modernity?, *Financial Accountability & Management*, 15(3/4), p. 201-207, 1999.

Lee, J. (2008). Preparing Performance Information in the Public Sector: an Australian Perspective, *Financial Accountability & Management*, 24(2), p. 117-149.

López, A. & Caba, C. (2004). The Relevance of Spanish Local Financial Reporting to Credit Institution Decisions. An Empirical Study, *The International Journal of Public Sector Management*, 17(2), p. 118-135.

Lüder, K. (1992). A Contingency Model of Government Accounting Innovations in the Political – Administrative Environment, *Research in Governmental and Nonprofit Accounting*, (7), p. 99-127.

Mack, J. (2004). *An Investigation of the Information Requirements of Users of Australian Public Sector Financial Report*. Unpublished PhD Thesis. Brisbane: Queensland University of Technology.

Mack, J. & Ryan, C. (2006). Reflections on the Theoretical Underpinnings of the General-purpose Financial Reports of Australian Government Departments, *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 19 (4), p. 592-612.

Marôco, J. (2010). *Análise Estatística com o PASW Statistics*. 5. ed. Pero Pinheiro: ReportNumber.

Olson, J.; Guthrie, J. & Humphrey, C. (1998). Global Warning: Debating International Developments. In: Olson, J. (ed.). *New Public Financial Management (NPFM) Reforms: New World? Small World? Better World?*. Norway: Cappelen Akademisk.

Paulsson, G. (2006). Accrual Accounting in the Public Sector: Experiences from the Central Government in Sweden, *Financial Accountability & Management*, 22(1), p. 47-62.

Pestana, M. & Gageiro, J. (2008). *Análise de Dados para Ciências Sociais: A Complementaridade do SPSS*. 5 ed. Lisboa: Editora Sílabo.

Priest, A.; Ng, J. & Dolley, C. (1999). Users of Local Government Annual Reports: Information Preferences, *Accounting, Accountability and Performance*, 5(3), p. 49-62.

Robbins, W. (1984). Consensus between Preparers and Users of Municipal Annual Reports: An Empirical Analysis, *Accounting and Business Research*, p. 157-162, Spring.

Tayib, M.; Combs, H.; Ameen, J. (1999). Financial Reporting by Malaysian Local Authorities. A Study of the Needs and Requirements of the Users of Local Authority Financial Accounts, *Financial Accountability & Management*, 12(2), p. 103-120.

Yamamoto, K. (2008). What Matters in Legislators' Information Use for Financial Reporting? – The Case of Japan. In: Jorge, S. (ed.). *Implementing Reforms in Public Sector Accounting*. Coimbra: Coimbra University Press.